

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA, SONDAAGEM E ENSAIO DE PERCOLAÇÃO EM TERRENOS PERTENCENTES À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

1 INTRODUÇÃO

Buscando atender ao disposto na Lei nº 14.133/2021, o presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação da solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é identificar a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes, aos princípios que regem a Administração Pública e às diretrizes definidas pela Administração Superior, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1.1 OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação eventual e futura de serviços técnicos de topografia, sondagem e ensaio de percolação em terrenos pertencentes à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), em diversos municípios do Estado.

1.2 LOCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com as doações de terrenos por parte das prefeituras.

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é oferecer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica, em conformidade com o artigo 134 da Constituição Federal.

A construção de núcleos próprios da DPE/RS tem por objetivo, justamente, contribuir para o alcance da missão da instituição garantindo que toda a população em situação de vulnerabilidade tenha acesso garantido à Justiça. Nesse mesmo sentido, foi instituído pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos, cuja finalidade é a implantação de Postos de Atendimentos Comunitários da Defensoria Pública (PADEFs) nas comarcas dos Estados.

Cabe ressaltar que várias prefeituras municipais têm contribuído com doações de terrenos à DPE/RS visando à construção de sedes próprias de atendimento nas respectivas cidades. Considerando o número de terrenos já em posse da DPE/RS, qualquer uso que venha a ser atribuído a esses bens requer uma análise prévia de viabilidade técnica e econômica a ser realizada pela Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção (DEAM) da DPE/RS.

Para subsidiar essa análise, é fundamental que os profissionais envolvidos disponham de informações detalhadas sobre o terreno, incluindo a conformação precisa do solo, aclives, declives, inclinações, entre outros aspectos. Esses dados estão diretamente relacionados à movimentação de terra a ser realizada, bem como à concepção arquitetônica adequada do projeto.

Adicionalmente, é imprescindível a avaliação da capacidade de carga do solo, do nível do lençol freático e de outros fatores geotécnicos. Esses elementos serão

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

determinantes para a escolha das soluções estruturais mais adequadas para suporte da edificação, incluindo as fundações e/ou infraestruturas necessárias.

Portanto, as ferramentas indispensáveis para o levantamento dos dados mencionados incluem o levantamento planialtimétrico, a sondagem e o ensaio de percolação do solo.

3 PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

Há a previsão, no Plano de Contratações Anual, de construção de novas sedes em alguns municípios do Estado.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados por empresa especializada nos ramos de engenharia e geotecnia, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade estabelecidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

Os levantamentos têm como objetivo garantir não apenas a viabilidade técnica do empreendimento, mas também o tratamento adequado dos impactos a ele associados, fornecendo a base necessária para uma avaliação precisa dos custos do objeto contratual. Ademais, busca-se, por meio desse processo, definir de forma clara os métodos e o prazo de execução, assegurando uma gestão eficiente e transparente do projeto.

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS

Entende-se que os requisitos técnicos indispensáveis para a contratação são:

- a. A empresa contratada deverá estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sendo assim, deverá apresentar a Certidão de Registro válida para a habilitação técnica;

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

- b. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo aos serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;
- c. Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA/CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do processo que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem a licitação;
- d. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, no ato da assinatura de contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura;
- e. Os atestados de capacidade técnico-profissional, os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's) ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Certificado de Acervo Técnico (CAT) deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CREA/CAU) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os engenheiros ou

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

arquitetos informados pela licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida;

- f. A DPE/RS pode solicitar informações adicionais caso considere as informações apresentadas insuficientes ou insatisfatórias, obrigando-se o licitante a fornecê-las sem nenhum ônus para a Defensoria Pública;
- g. A empresa contratada será responsável por quaisquer material, equipamentos e mão de obra necessários para a execução do objeto;
- h. A Contratada deverá apresentar Responsável Técnico, bem como emitir ART/RRT de execução para cada local onde será previsto a execução do serviço e entregá-la à fiscalização no ato da assinatura da Autorização de Execução de Serviço (AES).

4.2 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Documentos solicitados pela Comissão Permanente de Licitações da DEP/RS.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A demanda prevista será resultado do levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, que resultará no orçamento completo dos serviços a serem executados, inclusive com valor final de referência da contratação.

Como estimativa inicial, considera-se, para o ano de 2025, a implementação de PADEFs em 06 municípios do Rio Grande do Sul, dessa forma, chega-se a tabela 1 de quantidades totais.

Para o item 3 – Sondagem: são considerado 02 furos de até 15m por terreno com área construída prevista de até 200m² (04 terrenos) e 03 furos de até 15m por terreno com área construída prevista entre 200 e 400m² (02 terrenos).

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

Tabela 1 – Quantidades totais (preliminar)

	SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	Anotação de Responsabilidade Técnica	06	un.
02	Levantamento topográfico	06	un.
03	Sondagem	210	m
04	Ensaio de percolação	06	un.
05	Transporte	2400	t.km

Fonte: DEAM/DPE

Os quantitativos e o orçamento devem contemplar a execução dos serviços de topografia e sondagem em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul, considerando para isso, as seguintes especificidades quanto aos deslocamentos:

- Sede dos deslocamentos: Porto Alegre/RS;
- Peso do equipamento de topografia e sondagem: 800 kg;
- Distância média de deslocamento para cada viagem: 500 km;
- Transporte comercial (máximo): $0,80 \text{ t} \times 500 \text{ km} = 400 \text{ t.km}$;
- O transporte comercial para AES em 2 (dois) ou mais municípios não serão cumulativos com relação à distância da sede e serão pagos de acordo com a programação determinada pela FISCALIZAÇÃO, conforme exemplo abaixo:

Sede: Porto Alegre

Autorização de Serviço para 02 (dois) municípios:

- Município A (200 km de distância de Porto Alegre)
- Município B (75 km de distância do Município A)

Distância de deslocamento total: $275 \text{ km} \times 2 = 550 \text{ km}$

Transporte comercial: $0,80 \text{ t} \times 550 \text{ km} = 440 \text{ t.km}$

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando as quantidades preliminares levantadas no item 5, a estimativa do valor da contratação é R\$ 79.853,70.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

O levantamento topográfico planialtimétrico deverá apresentar:

- a. Planta de situação da área em relação à cidade;
- b. Planta topográfica planialtimétrica;
- c. Memorial Descritivo da Poligonal;
- d. Identificação dos proprietários e vizinhos.

A planta de situação deve conter:

- a. Acessos à área;
- b. Amarração a pontos de fácil identificação, tais como linhas de transmissão de energia etc.;
- c. Norte magnético e verdadeiro e sua deflexão;
- d. Traçado urbano da cidade, dando prioridade ao entorno da área.

A planta topográfica planialtimétrica deve conter:

- a. A poligonal fechada: todos os vértices, devidamente marcados no local com piquetes, com ângulo interno, distância entre alas e rumos achados com teodolito e aparelho de melhor precisão, amarrados com os vizinhos;
- b. Identificação dos vizinhos com colocação das edificações existentes no entorno;
- c. Caracterização do tipo da demarcação do contorno (cerca, muro etc.);

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

- d. Curva de nível de 0,50 m a 0,50 m;
- e. Malha trançada de 5,00 x 5,00 m com cotas de níveis nos 04 (quatro) vértices da malha em toda área;
- f. Cálculo exato da área em m²;
- g. Colocação das referências de nível (RN) em pontos de fáceis reconhecimento;
- h. Todos os elementos físicos presentes no terreno;
- i. Norte magnético e verdadeiro com sua deflexão;
- j. Caracterização detalhada das linhas de alta e baixa tensão, telefone, corpos hídricos ou tubulações de águas pluviais, servidas ou de esgoto, com suas cotas, seções e faixa de domínio;
- k. Marcação das árvores de corte, bem como das edificações porventura existentes no terreno;
- l. Marcação dos greides (inclinação vertical do eixo) das vias existentes, adjacentes ao terreno;
- m. Quando a área for íngreme, ou com acidentes expressivos, fornecer detalhes à parte, seccionando com as devidas cotas;
- n. Colocar RN em campo com base em concreto fixando placa de metal com a cota altimétrica.

7.2 SONDAGEM

O tipo de sondagem adotada é a percussão de simples reconhecimento com SPT (Standard Penetration Test). É utilizada tanto para a obtenção de amostras de solo, como dos índices de sua resistência à penetração.

A execução da sondagem deverá obedecer rigorosamente a NBR 6484: 2020 – Solo – Sondagem de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio.

Deverá ser apresentado, após a execução da sondagem:

- a. Relatório de execução com identificação do local;
- b. Croqui esquemático de locação de furos de sondagem;

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

- c. Apresentação da ART do responsável técnico, de cada local onde o serviço foi executado;
- d. Relatório fotográfico;
- e. Laudo da sondagem à percussão SPT.

7.3 ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DO SOLO

O ensaio de percolação é o procedimento elaborado com a finalidade de estimar a capacidade de percolação do solo, através da determinação de um coeficiente “k”.

A execução do ensaio deve seguir rigorosamente as orientações do Termo de Referência (TR) futuro e da forma preconizada pelo Anexo N da NBR 17076:2024 Projeto de sistema de tratamento de esgoto de menor porte – Requisitos.

O relatório de execução do ensaio deve conter, no mínimo:

- a. Croqui de localização dos pontos de execução do ensaio no terreno, com cotas de distanciamento para pontos de referência existente;
- b. Planilha com todas as medições obtidas no ensaio para cada ponto, bem como, breve memória de cálculo para obtenção do coeficiente “k”, em cada camada distinta do solo, bem como a obtenção do coeficiente “k média”, conforme disposto na NBR 17076:2024 Projeto de sistema de tratamento de esgoto de menor porte – Requisitos;
- c. Relatório fotográfico das condições de realização dos ensaios.

8 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A proposta apresentada neste ETP, de agregar os serviços de engenharia necessários para o levantamento dos dados dos terrenos, busca, além de promover celeridade, garantir vantagem econômica para a Administração. Isso ocorre porque a contratação conjunta possibilita a redução de custos relacionados a deslocamentos e à mobilização e desmobilização das equipes.

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

Dessa forma, pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, uma vez que essa prática não se mostra vantajosa para a Administração e pode representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Poderia ser prevista, nesse mesmo certame, a contratação dos projetos executivos de infraestrutura dos terrenos. Tal medida elevaria os custos totais em contrapartida da provável redução de tempo de execução.

Anexa-se planilha de estimativa de custos com a inclusão da elaboração de projetos.

10 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

- Elaboração do TR;
- Elaboração da planilha orçamentária detalhada.

11 RESULTADOS PRETENDIDOS

O objetivo principal da sondagem do solo é obter informações precisas sobre as características geotécnicas do subsolo. Esses dados são indispensáveis para compreender o ambiente onde as construções serão realizadas, definir a espessura e profundidade das camadas que o compõem, bem como sua natureza e resistência a cada metro perfurado, por meio do ensaio SPT (Standard Penetration Test). Além disso, a sondagem permite identificar a presença ou ausência do lençol freático, possibilitando a escolha da fundação mais adequada à edificação.

O levantamento planialtimétrico tem como objetivo fornecer informações detalhadas sobre as características topográficas e altimétricas de uma determinada área. Esse levantamento visa representar graficamente o terreno, destacando curvas de nível, pontos cotados e outros elementos relevantes. O objetivo final é

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

proporcionar uma base cartográfica precisa e confiável para subsidiar projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo. Assim, o resultado esperado é a obtenção de um conjunto de dados cartográficos que sirvam como base sólida para o desenvolvimento e planejamento dos projetos necessários à área estudada.

Por fim, o teste de percolação do solo tem como finalidade fornecer informações sobre a capacidade de infiltração e drenagem do solo no terreno. Esse ensaio é comumente realizado para avaliar a taxa de percolação da água através das camadas do solo em uma área específica. O objetivo é obter dados técnicos que subsidiem o planejamento adequado de sistemas de drenagem, especialmente em projetos relacionados à construção civil, drenagem pluvial, irrigação e/ou tratamento de águas residuais.

12 IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Deverão nortear a execução do objeto medidas mitigadores de possíveis impactos ambientais inerentes à indústria da construção civil:

- Priorização de materiais sustentáveis e de baixo impacto ambiental;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme a legislação ambiental vigente.

13 CONCLUSÃO

Do ponto de vista técnico, exposto nesse documento, observa-se a viabilidade da contratação. Além disso, reforça-se a necessidade imperativa dessa contratação para suprir as demandas internas e possibilitar a execução das demais etapas necessárias para possibilitar a implantação dos Postos de Atendimento Comunitários da Defensoria Pública (PADEFs) nos municípios do Estado.

Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

14 ANEXOS

Estimativa de custo – Topografia e Sondagem

Estimativa de custo – Topografia, Sondagem e Projetos

15 EQUIPE TÉCNICA

Diretor DEAM - João Salles

Coord. Unidade de Projetos - Marcus Escouto

Analista - Engenharia Civil - Thais Frota

Analista - Engenharia Civil – Ricardo Scheid

Técnico - Apoio Especializado – Edificação – Eduardo Figueiredo



Obra
ESTIMATIVA DE CUSTO SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E SONDAGEM -
PADEFs

Bancos
SINAPI - 12/2024 - Rio Grande
do Sul

B.D.I.
42,04%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 138,89%
Mensalista: 95,80%

Planilha Orçamentária Sintética Com Valor do Material e da Mão de Obra

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI			Total			Peso (%)
							M. O.	MAT.	Total	M. O.	MAT.	Total	
1			SERVIÇOS INICIAIS									2.313,54	2,90 %
1.1	PLEO12004	Próprio	Anotação de Responsabilidade Técnica CREA - Acima de R\$ 15.000,00	un	6	271,47	0,00	385,59	385,59	0,00	2.313,54	2.313,54	2,90 %
2			SERVIÇO DE TOPOGRAFIA E SONDAGEM									77.540,16	97,10 %
2.1	DPE0034ES	Próprio	Levantamento planialtimétrico cadastral de terrenos sem edificações, lotes até 3.000m2	m²	3600	2,20	2,89	0,23	3,12	10.404,00	828,00	11.232,00	14,07 %
2.2	DPE0033ES	Próprio	Serviço geotécnico de sondagem a percussão incluindo mobiliz. E desmob.	M	210	172,09	13,33	231,10	244,43	2.799,30	48.531,00	51.330,30	64,28 %
2.3	DPE0050ES	Próprio	Ensaio de capacidade de percolação de solo	un	6	1.290,00	0,00	1.832,31	1.832,31	0,00	10.993,86	10.993,86	13,77 %
2.4	100953	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXK M	2400	1,17	0,20	1,46	1,66	480,00	3.504,00	3.984,00	4,99 %
Totais ->										13.683,30	66.170,40	79.853,70	
Total sem BDI													56.235,72
Total do BDI													23.617,98
Total Geral													79.853,70

Setor de Engenharia



Obra
ESTIMATIVA DE CUSTO SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, SONDAGEM E
PROJETOS - PADEFs

Bancos
SINAPI - 12/2024 - Rio Grande
do Sul

B.D.I.
42,04%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 138,89%
Mensalista: 95,80%

Planilha Orçamentária Sintética Com Valor do Material e da Mão de Obra

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI			Total			Peso (%)
							M. O.	MAT.	Total	M. O.	MAT.	Total	
1			SERVIÇOS INICIAIS									2.313,54	0,90 %
1.1	PLEO12004	Próprio	Anotação de Responsabilidade Técnica CREA - Acima de R\$ 15.000,00	un	6	271,47	0,00	385,59	385,59	0,00	2.313,54	2.313,54	0,90 %
2			SERVIÇO DE TOPOGRAFIA E SONDAGEM									77.540,16	30,31 %
2.1	DPE0034EST	Próprio	Levantamento planialtimétrico cadastral de terrenos sem edificações, lotes até 3.000m2	m²	3600	2,20	2,89	0,23	3,12	10.404,00	828,00	11.232,00	4,39 %
2.2	DPE0033EST	Próprio	Serviço geotécnico de sondagem a percussão incluindo mobiliz. E desmob.	M	210	172,09	13,33	231,10	244,43	2.799,30	48.531,00	51.330,30	20,07 %
2.3	DPE0050EST	Próprio	Ensaio de capacidade de percolação de solo	un	6	1.290,00	0,00	1.832,31	1.832,31	0,00	10.993,86	10.993,86	4,30 %
2.4	100953	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	2400	1,17	0,20	1,46	1,66	480,00	3.504,00	3.984,00	1,56 %
3			PROJETOS									131.210,40	51,29 %
3.1	DPE0036EST	Próprio	Projeto legal de arquitetura	m²	1200	12,83	17,58	0,64	18,22	21.096,00	768,00	21.864,00	8,55 %
3.2	DPE0035EST	Próprio	Projeto arquitetônico executivo	m²	1200	29,30	39,72	1,89	41,61	47.664,00	2.268,00	49.932,00	19,52 %
3.3	DPE0037EST	Próprio	Projeto urbanístico de equipamento público	m²	480	7,52	10,40	0,28	10,68	4.992,00	134,40	5.126,40	2,00 %
3.4	DPE0038EST	Próprio	Projeto paisagístico	m²	600	6,61	9,10	0,28	9,38	5.460,00	168,00	5.628,00	2,20 %
3.5	DPE0039EST	Próprio	Projeto hidrossanitário (esgoto cloacal, pluvias e abastecimento de água)	m²	1200	3,64	5,01	0,16	5,17	6.012,00	192,00	6.204,00	2,43 %
3.6	DPE0040EST	Próprio	Projeto de instalações elétricas, luminotécnica e entrada de energia em Baixa Tensão	m²	1200	10,62	13,86	1,22	15,08	16.632,00	1.464,00	18.096,00	7,07 %
3.7	DPE0041EST	Próprio	Projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	m²	1200	4,28	5,95	0,12	6,07	7.140,00	144,00	7.284,00	2,85 %
3.8	DPE0042EST	Próprio	Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PrPCI, incluindo o PPCI - Plano de prevenção contra incêndios	m²	1200	5,23	7,19	0,23	7,42	8.628,00	276,00	8.904,00	3,48 %
3.9	DPE0043EST	Próprio	Projeto de fundações	m²	1200	4,80	6,63	0,18	6,81	7.956,00	216,00	8.172,00	3,19 %
4			ORÇAMENTO DETALHADO									44.755,68	17,50 %
4.1	DPE0044EST	Próprio	Orçamento e cronograma físico financeiro para edificações (compatibilização arquitetônico e complementares)	CJ	6	5.251,54	7.283,22	176,06	7.459,28	43.699,32	1.056,36	44.755,68	17,50 %

Totais -> 182.962,62 72.857,16 255.819,78

Total sem BDI 180.160,56
Total do BDI 75.659,22
Total Geral 255.819,78

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CNPJ: 74.704.636/0001-50

Setor de Engenharia